

INSERÇÃO DA QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS EM UMA UNIVERSIDADE PORTUGUESA

INSERÇÃO DA QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS EM UMA UNIVERSIDADE PORTUGUESA

AUTORES:

ANEIDE OLIVEIRA ARAÚJO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA RAMOS

Universidade do Porto (UP), Portugal - Faculdade de Economia (FEP)

RESUMO

As preocupações com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social das empresas (RSE) devem estar presentes no processo formativo de profissionais que deverão atuar no contexto empresarial. Este trabalho analisa os pressupostos teóricos e contexto de atuação orientada para o desenvolvimento sustentável, bem como as habilidades e competências requeridas dos profissionais que atuam nas áreas econômico-financeiras e de gestão. A partir desta compreensão, analisa a inserção dos conceitos inerentes, no processo formativo, nos cursos de Economia e de Gestão da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal, conforme orientação do Processo de Bolonha no Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES). Para tanto, foram analisadas as ementas das disciplinas do núcleo central e optativas dos cursos de licenciatura e mestrado, utilizando-se a análise de conteúdo, procurando-se identificar palavras ou expressões encontradas na literatura. Conclui-se que a formação profissional deve contemplar inicialmente a conscientização do papel social da empresa envolvendo princípios éticos e morais e de economia social e ambiental como lastro para compreensão e aplicação da legislação e das técnicas pertinentes. É necessário promover uma consciência ambiental, centrada na cidadania e na reformulação dos valores éticos, individuais e coletivos, numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável, melhorando o ensino e a pesquisa de forma a produzir mais e melhor informação acerca da sustentabilidade, da cidadania e da responsabilidade social.

Palavras-chave: Ensino superior; Universidade portuguesa; Responsabilidade social; Sustentabilidade.

ABSTRACT

Concerns about sustainable development and corporate social responsibility (CSR) must be present in the training process of professionals who are to work in a business context. This article examines the theoretical assumptions and the context of a sustainable development-oriented approach, as well as the skills and competencies required from professionals working on economic and financial and on management fields. Taking from this understanding, it analyzes the inclusion of concepts inherent to the educational process at the Economics and Management Degrees, Faculty of Economics, University of Porto, Portugal, in the terms of the Bologna Process, European Higher Education Area (EHEA). For this purpose, the programs of core and optional disciplines in the bachelor and master degrees have been analyzed using content analysis and attempting to identify words or phrases found in the materials. We conclude that vocational training should initially include an awareness on the social role of a company and involve moral, ethical, social economy and environmental economy principles as a foundation for the understanding and application of relevant legislation and techniques. One needs to promote an environmental awareness that focus on citizenship and the reformulation of individual and collective ethic values under a sustainable development-oriented perspective, thus improving education and research in order to produce more and better information about sustainability, citizenship and social responsibility.

Keywords: Higher education; Portuguese university; Social responsibility; Sustainability

Toda a empresa, como parte de um sistema aberto, realiza trocas de benefícios e ônus com os demais elementos do sistema. Dentre os benefícios podem-se citar os bens e serviços que produz, os ganhos de riqueza para a sociedade através dos lucros proporcionados aos proprietários ou dos salários aos seus colaboradores e, como ônus, pode-se citar o consumo de recursos naturais e humanos ou mesmo os danos que pode provocar ao ambiente e até à saúde das pessoas.

O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social das empresas (RSE) constituem prioridades na agenda das políticas públicas, tanto ao nível da União Europeia (UE) como nos diferentes Estados-membros. O debate a respeito da promoção da RSE visa incentivar o desenvolvimento de práticas inovadoras, aumentar a transparência, bem como a fiabilidade da avaliação e da validação. Vista como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais, a RSE, de acordo com a Comissão das Comunidades Europeias (COM)

não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais - implica ir mais além através de um 'maior' investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais. (COM, 2001, p.7)

Além de ser responsável, a empresa precisa ser percebida como tal por todos os seus *stakeholders*, haja vista que ela pertence a um sistema dinâmico com o qual estabelece uma relação de troca, seja ofertando (*outputs*) e demandando (*inputs*). Por isso, tem havido um grande esforço no sentido de promover a evidenciação das ações sustentáveis, por meio dos relatórios de sustentabilidade que têm crescido rapidamente nos últimos anos. O número de empresas europeias que publicou relatórios de sustentabilidade, em conformidade com as orientações do *Global Reporting Initiative* (GRI), aumentou de 270 em 2006 para mais de 850 em 2011 (COM, 2011). A elaboração de relatórios de sustentabilidade abrange o desempenho de uma organização nos domínios econômico, ambiental e social e constitui um instrumento de gestão. A procura de uma maior responsabilização e transparência é o principal motivo desta atividade, já que é um dever cada vez mais exigido às empresas, o de informar a forma como operam nos referidos domínios.

Dessa perspectiva, tem-se requerido das empresas assumir a responsabilidade pelo ônus que venha acarretar a um ou mais elementos do sistema. Para essa compreensão de responsabilidade é requerida uma atitude focada na sustentabilidade empresarial, nas dimensões econômica, ambiental e social. Para tanto, os profissionais que lidam com os processos decisórios organizacionais têm que estar preparados para o desafio de gerir ou suprir a gestão com informações que as levem a atuar enquanto empresa sustentável.

Embora se tenha percebido um grande avanço nesse sentido, também se observa grande dificuldade quanto à oferta sistemática de subsídios informacionais que permitam o

exercício sempre presente nas decisões empresariais, notadamente as financeiras, da análise custo-benefício dos recursos sacrificados para esse fim. Analisando o relatório da Cia Vale do Rio Doce, premiada em 2011 por apresentar o melhor relatório das empresas participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – ISE/Bovespa, observa-se que a despeito da riqueza de informações apresentadas ainda não é possível demonstrar a relevância destas ações na chamada linguagem dos negócios. (ARAÚJO; RAMOS, 2013)

Acredita-se que existe uma lacuna entre a conscientização e a operacionalização do dever de prestar contas. De acordo com Gomes e Eugênio (2013), a maioria dos Revisores Oficiais de Contas de Portugal, embora tenham uma compreensão clara do que seja um Relatório de Sustentabilidade, poucos já realizaram trabalho de auditoria em um destes documentos, considerando-se essencial melhorar o conhecimento e envolvimento destes profissionais no aperfeiçoamento desta prática naquele País.

Um estudo realizado por Jorge, Seabra e Vázquez (2009) concluiu que não existe diferença significativa entre as concepções de sustentabilidade dos alunos em alguns cursos superiores de economia e gestão em Portugal e Espanha dos níveis iniciais com os finais, sugerindo que não seja esse o foco do ensino.

Esse aspecto é compreensível, levando em conta que a conscientização para as questões socio-ambientais começa desde a mais tenra idade conforme orienta o *Livro Verde*, marco da implementação da RSE na Europa. Desde março de 2000 o meio empresarial foi convocado para se integrar ao movimento de boas práticas de aprendizagem organizacional, igualdade de oportunidades, inclusão e desenvolvimento sustentável (COM, 2001). Para tanto, faz-se necessário desenvolver as competências para planejar, executar, gerir e avaliar a mudança. De acordo com Perrenoud (1999, p.32),

[...] as competências são importantes metas da formação. Elas podem responder a uma demanda social dirigida para a adaptação ao mercado e às mudanças e também podem fornecer os meios para apreender a realidade.

Neste sentido, questiona-se a respeito da inserção dos conceitos de sustentabilidade e RSE na formação profissional na área das Ciências Empresariais em busca de alternativas de sua implementação e consolidação no mundo dos negócios.

Para tanto, o presente estudo identifica, inicialmente, as competências requeridas dos profissionais da área empresarial face aos desafios de promover a sustentabilidade nos pilares econômico, ambiental e social. Procura-se revisar as recentes contribuições teóricas e empíricas a respeito do tema, no sentido de contribuir para a reflexão do processo formativo. Trata-se, portanto, de uma investigação teórica, nos moldes do que ensinam Sousa e Baptista (2011), pois pretende-se analisar o contexto onde se desenvolvem as ações orientadas para a sustentabilidade empresarial, tendo em vista a compreensão das habilidades e competências requeridas ao profissional que atua nesta área.

A partir desta compreensão, investiga-se a presença destes conceitos no currículo dos cursos de licenciatura e pós-graduação de uma instituição educativa, a Faculdade de Economia (FEP) da Universidade do Porto (UP).

Espera-se, com este estudo, poder contribuir para o delineamento de processos formativos na área empresarial, a partir da experiência formativa e social de uma importante universidade pública do cenário europeu.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sustentabilidade empresarial tem sido reconhecida como um problema complexo, e que demanda um esforço orquestrado e sustentado, o que requer uma abordagem sistêmica em múltiplas escalas no espaço e no tempo, bem como o redesenho de sistemas integrados, revisão do papel crítico do capital natural e social, e redução das incertezas. (METCALF; BENN, 2013)

Conforme Pereira e Curi (2012) e Ramos (2012) há um longo caminho a percorrer em busca do desenvolvimento sustentável, tendo em conta que para algumas pessoas do mundo empresarial a proteção ambiental ainda é vista como um entrave ao desenvolvimento econômico. Para Pereira e Curi (2012) falta ao mundo dos negócios, conscientização e também a força da lei para responsabilização dos atores pela compensação dos danos que venham causar.

Neste sentido, Bürgenmeier (2005) aponta alguns instrumentos econômicos da proteção do ambiente, que podem ser identificados como controles diretos, as normas e interdições e as medidas de incentivo, como por exemplo, o Protocolo de Quioto. No entanto, as normas podem não ser muito eficazes porque o conhecimento do legislador pode estar desfasado em relação ao avanço tecnológico à disposição do setor produtivo, mas as interdições invocam o poder discricionário do Estado para definir limites, medidas de proteção, multas e interdições propriamente ditas.

Já as medidas de incentivo “têm dois efeitos de substituição: a) do lado da oferta leva a alterações de escolhas tecnológicas; b) do lado da demanda, conduz à alteração das preferências dos consumidores” e podem ser aplicadas mediante aplicação de taxas, mais comum na Europa, ou mediante a emissão de certificados de emissão, preferidos nos Estados Unidos. (BÜRGENMEIER, 2005, p. 138)

A aplicação de taxas decorre da identificação de relação causal que reflete o custo social em termos monetários e constitui-se um incentivo que retrata o processo de aproximação de uma taxa causal “ideal”. Os certificados de emissão, por sua vez, constituem-se títulos negociáveis decorrentes de direitos de emissão de certa quantidade de poluentes.

A longo prazo, as medidas de incentivo devem ocupar o lugar das medidas de controle direto, face ao processo de consciencialização em todos os estratos da sociedade, levando as empresas a procurarem o reconhecimento dos seus *stakeholders*. No entanto, segundo Bürgenmeier (2005, p. 162), “nenhum instrumento, que procure internalizar os

efeitos externos da poluição no funcionamento habitual dos mercados, é perfeito”, requerendo-se uma visão integrada das três dimensões da sustentabilidade – ambiental, social e econômica.

Gisberi e Lunardi (2012) são mais otimistas e concluem que, nos setores empresariais que analisaram, a sustentabilidade já tem sido vista como uma oportunidade e que expressões como ‘produtos responsáveis’, ‘produção limpa’, ‘redução de impacto ambiental’, ‘marketing responsável’ e ‘consumo consciente’, estão presentes nas estratégias das empresas. (grifos nossos) No primeiro ano do ISE/Bovespa o número de empresas que se incorporaram à nova carteira passou de 28 para 34. Além disso, em 2006, o índice cresceu mais que o Ibovespa, sendo este um indicativo de interesse dos investidores por empresas socialmente responsáveis. (GISBERT; LUNARDI, 2012)

De acordo com Jin, Drozdenko e DeLoughy (2013), no conjunto das discussões acadêmicas a respeito das causas da crise de 2008 incluem-se as preocupações com a conduta ética e os padrões morais dos executivos que não se restringem ao mercado financeiro, mas a todo o ambiente corporativo.

Assim, a relação entre as empresas e a sociedade e a responsabilidade social empresarial ganham um destaque premente, podendo a RSE ser apresentada, segundo o Instituto Ethos, como a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com os públicos com que se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

2.1 Ações sustentáveis no contexto empresarial

Pode-se dizer que a responsabilidade social nasce de atitudes éticas por parte das empresas em relação à sociedade de forma a que todos os intervenientes nas relações empresariais saiam beneficiados com as decisões e ações que são tomadas pelas organizações e que vão para além do que é exigido legalmente. A responsabilidade social é uma alavanca para a sustentabilidade.

A discussão acerca da sustentabilidade empresarial e, conseqüentemente, da RSE, sugere que ir para além do simples cumprimento da lei pode aumentar a competitividade de uma empresa, uma vez que algumas empresas que obtiveram bons resultados em termos sociais e ecológicos, indicando que estas atividades podem resultar num desempenho, crescimento e capacidade de gerar lucros superiores (COM, 2001, p. 7).

De acordo com Porter e Kramer (2011, APUD GAO; BANSAL, 2013, p. 247), “as empresas podem obter vantagens competitivas aplicando a lógica integrativa: repensando produtos e mercados e redefinindo produtividade na cadeia de valor.” Fadlalah, Martinez e Nossa (2012), por sua vez, analisaram a possibilidade de empresas socialmente responsáveis alcançar a redução de tributos por meio de práticas socialmente responsáveis.

Conforme Burnett e Hansen (2008, APUD BORNIA; TRIERWEILLER; SPENASSATO, 2013, p. 8),

se um ou mais produtos são fabricados usando menos insumos e, simultaneamente, reduzem a poluição, os custos diminuem e ocorre melhoria no desempenho financeiro e ambiental global da empresa. Essas evidências apóiam a ecoeficiência e incentivam o investimento em um sistema de gestão dos custos ambientais para redução da poluição.

Kurucz *et al.* (2008, APUD JIN; DROZDENKO; DELOUGHY, 2013) entendem que existe relação entre desempenho financeiro e responsabilidade social corporativa, mas não podem afirmar que isso ocorre porque os clientes concordam em pagar um preço superior pelos produtos ou se os processos implantados oferecem melhorias para redução de custos.

Captar a magnitude dos impactos das ações sustentáveis e traduzi-los monetariamente para integra-los a modelos de avaliação de desempenho, constitui um desafio para os profissionais da área contábil. Nesse sentido, Laslo (2003) propõe que se procure compreender as possibilidades de ganhos e geração de valor, a nível das atividades estratégicas e, a partir desta compreensão, rastreie-se e mensure-se os impactos presentes e futuros, para os parceiros sociais em uma matriz de problemas e impactos, construída por meio de padrões objetivos e absolutos.

Segundo a KPMG (2007 APUD GOMES; EUGENIO, 2013), é necessário que se encontrem formas objetivas de aferição das informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade apresentado pelas empresas, tanto para reduzir uma eventual crise de credibilidade, quanto para evidenciar oportunidades de melhorias dos seus processos pelos gestores.

Gisbert e Lunardi (2012) analisaram os Relatórios de Sustentabilidade de 48 companhias listadas na Bovespa, no período de 2003 a 2007, sendo 34 participantes do ISE/Bovespa e 14 apenas com cotação e que investem em RSC, mas estão ausentes do índice e participam do Projeto “Em Boa Companhia” da Bovespa que se dedica à divulgação de boas práticas empresariais. A respeito do formato da informação publicada nesses relatórios concluem que é necessário padronizar os relatórios tendo em vista que o formato, tipo e qualidade, uniformidade, clareza e confiabilidade da informação são “determinantes para fortalecer a confiança dos investidores e do restante de usuários” (GISBERT; LUNARDI, 2012, p. 91)

Gao e Bansal (2013) analisaram a existência de efeitos recíprocos entre os resultados financeiros e o compromisso ambiental e social das empresas. Estes autores defendem a existência de uma relação de interdependência e interconexão entre as três dimensões da sustentabilidade e mostram a existência de relações simultâneas e não apenas relações causais como têm demonstrado vários estudos que se orientam por uma lógica instrumental da gestão da sustentabilidade empresarial. Para tanto, definiram como

variáveis da sustentabilidade nos negócios o desempenho financeiro Corporate Financial Performance (CFP) medido pelo ROA - *Return on assets* e Q de Tobin das variações de mercado do preço das ações. A primeira, calculada por lucro/ativo total, porque reflete a eficiência operacional da empresa, constituindo-se, assim em um indicador de lucratividade, e a segunda porque indica os ganhos no valor de mercado da firma em relação ao valor de reposição dos seus ativos.

Para representar ao compromisso social e ambiental da empresa foram tomadas como variáveis sete dimensões: relações com a comunidade, relações com empregados, questões de gênero, minorias e diversidade, questões ambientais, responsabilidade do produto, direitos humanos e governança corporativa. Assim, mudanças de paradigma social levam a transformar a ordem econômica, política e cultural, que por sua vez é indispensável uma transformação das consciências e dos comportamentos das pessoas. (LEFF, 1999, p.112)

Como variáveis de controle usaram a Intensidade de P&D (pesquisa e desenvolvimento) medida como a razão entre gastos com P&D e Vendas, Risco contábil – razão entre dívidas de longo prazo e ativo total, que capta a alavancagem da firma, risco de mercado medido pelo coeficiente de variação diária do preço das ações e taxa anual de crescimento das vendas. (GAO; BANSAL, 2013)

Consultorias internacionais, como KPMG e Deloitte, e organizações como BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável estão empenhadas em melhorar os procedimentos de auditoria para dar credibilidade e garantir a inserção dos relatórios de sustentabilidade no conjunto das demonstrações contábeis. (GOMES; EUGENIO, 2013)

Gisbert e Lunardi (2012) identificaram, de 2003 a 2007, 16.381 projetos dos quais 7.227 (44,12%) da Petrobrás e 9.154 (55,88%) de outras empresas dos sectores de siderurgia, metalurgia, financeiro, elétrico, material de transporte, classificados em 11 categorias como segue: Meio ambiente, Desenvolvimento Profissional, Cidadania, Comunidade, Cultura, Educação, Saúde, Esporte, Fornecedores, Consumidores e Clientes e Empregados, conforme o Quadro 01.

Quadro 01: Projetos de Investimentos em Responsabilidade Social Corporativa em empresas brasileiras de capital aberto de 2003 a 2007.

Áreas de investimentos	Quantidade de projetos	%
Meio ambiente	1911	11,7
Desenvolvimento profissional	1121	6,8
Cidadania	3037	18,5
Comunidade	2160	13,2
Cultura	4528	27,6
Educação	1363	8,3
Saúde	789	4,8
Esporte	431	2,6
Fornecedores	161	1,0
Consumidores e clientes	11	0,1

Áreas de investimentos	Quantidade de projetos	%
Empregados	959	5,9
Total	16.381	100

FONTE: Gisbert e Lunardi (2012 pp.102-103)

Sendo a principal a área de Cultura com 27,6% dos projetos que envolvem Promoção de espetáculos de música, teatro, artes etc. Em seguida à Cultura, destaca-se a Cidadania, com 18%, que envolve educação, saúde, saneamento, residência, esporte, lazer, creches, alimentação e outros relacionados ao desenvolvimento social.

Constataram, inclusive, uma tendência crescente no nível de investimentos em RSC, a uma taxa média de 26% a.a., sendo mais expressivo o numero de:

projetos destinados a fortalecer a relação com fornecedores, estimulando o cumprimento dos contratos estabelecidos, o aprimoramento das suas relações de associação e transmitindo valores de seu código de conduta a todos os participantes da sua cadeia de fornecimento. (GISBERT; LUNARDI, 2012, p. 99)

Somando à Cidadania os investimentos com Comunidade, Cultura, Educação, Saúde e Esporte, observa-se que 75% dos investimentos estão direccionados para as externalidades ou interessados fora da empresa, ou seja, trata-se de investimento social externo.

Embora o investimento social interno que engloba Desenvolvimento profissional, Fornecedores, Consumidores e clientes e Empregados, tenha aumentado 81,03%, de 2003 a 2007, o investimento social externo aumentou 120,85% e o investimento com o meio ambiente cresceu apenas 41,7%. (GISBERT; LUNARDI, 2012, p. 105)

2.2 Sustentabilidade no espaço europeu para um crescimento inteligente e inclusivo

Na União Europeia o debate sobre as questões de responsabilidade social das empresas se iniciou em 2000, a partir da edição do *Livro Verde*, pela Comissão das Comunidades Europeias e tem norteados estudos e propostas de atuação que têm contribuído para

Elevar o grau de exigência das normas relacionadas com o desenvolvimento social, a protecção ambiental e o respeito dos direitos fundamentais e adoptar uma governação aberta em que se conciliam os interesses de diversas partes, numa abordagem global da qualidade e do desenvolvimento sustentável (COM, 2001).

A RSE é um elemento de progresso e inovação que combina a dimensão social, ambiental e económica, numa estratégia integrada baseada no diálogo entre todas as partes interessadas.

Embora não tenha competências formais em matéria de ordenamento do território, um domínio considerado do âmbito da soberania de cada um dos estados-membros, de acordo com Ferrão (2004), a Comissão Europeia, desde finais da década de 80 tem apoiado múltiplas iniciativas favoráveis à emergência de estratégias transnacionais de

desenvolvimento do espaço comunitário, desempenhando um papel efetivo em processos informais de construção de uma visão coletiva e partilhada sobre o espaço futuro da Europa, na realização

de um projeto europeu comum: a montagem informal de uma agenda discursiva capaz de estruturar as opções e prioridades definidas individualmente por cada estado-membro, suscitando, por esta via, a criação de novas formas de governança territorial. (FERRÃO, 2004)

O primeiro encontro para tratar de ordenamento territorial e desenvolvimento regional europeus, foi realizado em Nantes, em 1989, conforme Ferrão (2004), oportunidade em que foi decidido elaborar vários estudos de âmbito supranacional com o objetivo de introduzir uma visão estratégica espacial europeia. Foram lançadas as bases para a preparação de um importante documento, o *Europa 2000*, publicado em 91, consolidando-se “no início da década de 90, a ideia de olhar de forma integrada e estratégica para o conjunto do espaço europeu”, baseado nos princípios de coesão econômica e social, desenvolvimento sustentável e competitividade equilibrada.

A Comissão Europeia encara a RSE como uma contribuição essencial positiva para os objetivos da Estratégia Europeia 2020 – “Estratégia Europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” (COM, 2010).

Na União Europeia, segundo Rodrigues e Duarte (2012, p. 7), a responsabilidade social empresarial (RSE), visa “garantir a modernização económica fundada no incremento dos níveis de competitividade e produtividade, no respeito a elevados padrões de políticas sociais e na preservação da qualidade ambiental”. Para tanto, torna-se necessário o desenvolvimento e implementação de sistemas de gestão de utilização de recursos naturais, emissão de gases, lançamento de efluentes, produção de resíduos e lixo e suas consequências.

No cenário das empresas sustentáveis as soluções tecnológicas contribuem significativamente para o sucesso do negócio, devendo-se ser capaz de quantificar as poupanças ambientais e custos, bem como as economias ou redução de despesas ambientais decorrentes da produção limpa de modo a influenciar decisões tanto do mercado investidor quanto do mercado fornecedor.

De acordo com Ferreira (2010)

É através do aumento da utilização de combustíveis alternativos e de matérias-primas secundárias em detrimento dos combustíveis fósseis e das matérias-primas naturais ou primárias, que se reduz a intensidade carbónica e transforma-se essa acção num poderoso instrumento de comunicação. (FERREIRA, 2010, p. 8)

Nesse sentido, o autor investigou se as políticas praticadas pela indústria de cimento portuguesa são eficazes, especificamente, se existe uma ligação entre as práticas de responsabilidade social empresarial adotadas pelas empresas, e a emissão de gases de efeito de estufa (GEE), mais especificamente o CO₂, concluindo que estes devem ser evidenciados “através dos processos contabilísticos, como o reconhecimento, mensuração e divulgação deste novo activo.” (FERREIRA, 2010, p. 18)

Cada vez mais frequente se observa o abandono de alternativas tecnológicas de remedição e contenção de efluentes e lixo tóxico, em geral intensivas em capital, em benefício de tecnologia de prevenção tanto nos processos industriais e agrícolas que propiciam a sustentabilidade nas dimensões econômica, social e ambiental porque além de reduzir custos, também reduzem os danos ao patrimônio natural e ao bem estar social. Segundo Rodrigues e Duarte (2012, p. 38), “tecnologias sustentáveis podem ser agrupadas em quatro categorias: (1) impacto ambiental baixo, (2) eficiência dos recursos, (3) vantagens econômicas e (4) vantagens sociais” as quais devem ser consideradas as estratégias empresariais que levem a eco eficiência.

Os gestores necessitam de parâmetros que orientem as decisões quanto à viabilidade dos empreendimentos, bem como para o acompanhamento do desempenho e identificação de oportunidades de melhorias, redução de custos e outros benefícios. Do mesmo modo, gestores públicos e demais *stakeholders* necessitam de medidas relevantes, significativas e oportunas para que se possa acompanhar o desempenho da empresa face aos anseios da sociedade em geral quanto à sua contribuição para a sustentabilidade em geral.

Organismos internacionais como a União Europeia (UE), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), *International Standard Organization* (ISO), *Global Reporting Initiative* (GRI), *Institute of Social e Ethical Accountability* (ISEA) e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS), são exemplos, segundo Rodrigues e Duarte (2012), de instituições que têm se dedicado à orientação de práticas bem como à divulgação de ações sustentáveis, por meio de documentos tais como: códigos de conduta, normas de gestão, contabilidade, auditoria e divulgação, guias com conceitos, princípios, políticas, padronização de produtos, serviços, os quais favorecem a comparabilidade e avaliação dos diversos autores no ambiente de responsabilidade social.

O número de empresas da UE que subscreveram os dez princípios de responsabilidade social das empresas do Pacto Global das Nações Unidas aumentou de 600 em 2006, para mais de 1900, em 2011 (COM, 2011). Portugal foi um dos países da UE pioneiro na publicação de normas nacionais em matéria de ética e responsabilidade social das organizações.

2.3 Competências requeridas para a implementação da sustentabilidade

A necessidade de colocar a sustentabilidade no centro da construção europeia exige formação ao nível da responsabilidade social em diferentes dimensões: “aprendizagem ao longo da vida; empregabilidade ativa; prevenção de riscos profissionais; promoção e desenvolvimento sustentado; ecoeficiência; diálogo social; respeito e promoção de um ambiente saudável” (RAMOS, 2012, p. 32). De acordo com a União Europeia, o sistema

educativo é a chave para o crescimento sustentável, a promoção da coesão social e a igualdade de oportunidades.

Por se tratar de uma área de interesse relativamente recente por parte de acadêmicos e praticantes, a sustentabilidade empresarial ou Responsabilidade social corporativa (RSC) sofre de alguma ambiguidade e complexidade conceitual para a implementação das suas práticas. Assim, a atuação profissional requer capacidade de ler e prever através da complexidade, pensar sobre problemas complexos, envolver-se em grupos de mudança organizacional adaptativa dinâmica e ter a inteligência emocional para lidar com suas próprias emoções. (METCALF; BENN, 2013)

O estudo de Gisbert e Lunardi (2012) sugere que as empresas que participam do ISE/Bovespa, tendo resolvido as questões relacionadas aos impactos ambientais que provocam, tendem a voltar a sua atenção para as relações com a sua cadeia de valor, composta por fornecedores e clientes, e com a sociedade em geral.

Assim, praticar a sustentabilidade, levando em conta o equilíbrio dos pilares econômico, ambiental e social, o gestor necessita de dados oportunos e consistentes que lhe permita a elaboração e avaliação dos projetos ambientais e sociais inseridos no contexto dos projetos de viabilidade econômico-financeira.

Dessa forma deve reconhecer na formação profissional três aspectos fundamentais:

- a. Os limites do crescimento e a construção do novo paradigma de produção sustentável;
- b. O fracionamento do conhecimento e a emergência da teoria de sistemas e o pensamento da complexidade;
- c. O questionamento, a concentração do poder do estado e do mercado, e as reivindicações da cidadania por democracia, equidade, justiça, participação e autonomia (LEFF, 1999, p.112).

Devendo o gestor ser capaz de captar os custos e benefícios tanto da inovação promovida pela pesquisa e desenvolvimento, quanto dos projetos voltados para as relações com os seus *stakeholders*. Os gestores são obrigados a fazer escolhas e a tomar medidas que contribuam para o bem-estar e os interesses da sociedade, bem como da organização (JENKINS, 2006).

Para tanto, é necessário prover aos profissionais que apoiam a gestão para a sustentabilidade, uma formação que se apoie, inicialmente, em princípios éticos e morais que contemplem o bem estar social, levando-se em conta os achados das pesquisas de Jin e Drozdenko (2003, 2010 APUD JIN; DROZDENKO; DELOUGHY, 2013) que demonstram que as organizações que eram mais socialmente responsáveis também foram mais ética e moralmente reflexivas.

Conscientes do papel da empresa de geradora de riqueza para seus proprietários mas também de promotora de bem estar social, os profissionais devem ser capazes de identificar e mensurar os eventos e seus impactos positivos e negativos, evidenciá-los oportunamente e tendo em mente a demanda informacional dos usuários. De acordo com Schön (2000), é necessário educar o profissional reflexivo que reflita a sua prática na ação, sobre a ação e sobre a ação da ação. Nesse contexto é fundamental o conhecimento

aprofundado da legislação ambiental, trabalhista, comercial, técnicas de mensuração e de comunicação.

As questões da sustentabilidade exigem a adoção de estratégias que passam pela formação de competências e qualificações técnicas e éticas para a construção de uma consciência da responsabilidade social das empresas, das organizações e dos cidadãos. O tema da relação entre as empresas e a sociedade tem provocado uma atenção generalizada e é amplamente reconhecido no âmbito da investigação académica (nomeadamente nos campos da gestão, ética nos negócios, economia e contabilidade), pois tornou-se uma questão de interesse público geral (SETHI,1995).

2.4 Ensino superior segundo o Processo de Bolonha

O processo de Bolonha, iniciado em 1999, visa uniformizar o sistema de ensino superior europeu. Bolonha pretende dinamizar o ensino superior, criando relações com o mercado de trabalho, estimulando a competitividade e a mobilidade internacional. Quando da sua criação traçaram-se os seguintes objetivos:

- A competitividade do ensino superior europeu;
- A mobilidade e a empregabilidade dos estudantes nele formados;
- A criação de um espaço coerente, compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus, mas também de países terceiros (DAVID; ABREU, 2007; SOBRAL; RAMOS, 2012).

Este processo visa harmonizar as qualificações académicas obtidas nos diferentes países, garantindo a qualidade das universidades envolvidas.

O processo de Bolonha, tendo em vista promover a equidade profissional dentro do espaço europeu, articula-se em torno de seis dimensões,

que visa introduzir um sistema de graus académicos facilmente reconhecíveis e comparáveis, promover a mobilidade dos estudantes, dos professores e dos investigadores, assegurar a elevada qualidade da docência e incorporar a dimensão europeia no ensino superior. (EUROPA, 2013),

O sistema de ensino baseia-se, inicialmente, em dois ciclos: licenciatura e mestrado. O primeiro destina-se a atender a demanda imediata do mercado e tem uma duração mínima de três anos e o segundo ciclo (mestrado), dependente da conclusão do primeiro, desenvolve-se ao longo de dois anos.

Os cursos e respectivas vertentes de conteúdos têm como orientação a incorporação da dimensão europeia no ensino superior, por meio do compromisso voluntário dos países da Declaração de Bolonha, de reforma dos próprios sistemas, consolidando-se como Espaço Europeu do Ensino Superior, em abril de 2010, com a Declaração de Budapeste-Viena. (UP, 2013)

O doutoramento constitui-se um ciclo complementar de estudos avançados, orientados para a investigação científica, tendo em vista a geração de conhecimento novo, que se consolida por meio da defesa de uma tese nas diversas áreas do conhecimento.

Desencadeado em 1999, com a Declaração de Bolonha, o processo tem introduzido sucessivas reformas no sistema de ensino europeu que tem promovido melhorias na qualidade do ensino, tendo-se definido as seguintes prioridades para 2020:

- Proporcionar oportunidades iguais para uma educação de qualidade.
- Aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida.
- Promover a empregabilidade.
- Desenvolver resultados de aprendizagem centrados no estudante e missões de ensino.
- Articular a educação, a investigação e a inovação.
- Abrir as instituições de ensino superior aos fóruns internacionais.
- Aumentar as oportunidades para a mobilidade e a sua qualidade. (UP, 2013)

Ao final da primeira década do Processo de Bolonha, em março de 2010, foi lançado o Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES), estabelecendo-se “uma singular parceria entre as autoridades públicas, instituições de ensino superior, estudantes e docentes, juntamente com empregadores, agências de garantia da qualidade, organizações internacionais e instituições europeias” (UP, 2013).

Dentre os objetivos estratégicos dos programas de educação e formação 2020, destaca-se “promover a igualdade, a coesão social e a cidadania activa” devendo-se promover o desenvolvimento de competências que favoreçam a empregabilidade. (EUROPA, 2013). As exigências do mercado de trabalho são cada vez maiores em competências transversais, técnicas e comportamentais. Os empregadores procuram profissionais capazes de lidar com problemas, que tenham espírito crítico e com qualificações e habilitações. Desta forma, o mercado possui exigências tanto de ordem profissional, como, de ordem social. Além de conhecimentos científicos, as instituições educativas devem estimular as competências sociais, fomentando o espírito crítico, a capacidade de comunicação e de argumentação. A Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP) tem dentro do Serviço de Relações Externas e Integração Acadêmica (SEREIA) a “Academia de Competências” que através de ações de formação em sala e de implementação de projetos de *learning from doing*, visa o desenvolvimento de competências pessoais e sociais (*soft skills*), bem como o desenvolvimento de atitudes de cidadania e responsabilidade social nos estudantes.

O estabelecimento do EEES baseia-se na nova organização do ensino superior, orientado para

o desenvolvimento de competências, onde se incluem quer as de natureza genérica – instrumentais, interpessoais e sistémicas – quer as de natureza específica associadas à área de formação, e onde a componente experimental e de projeto desempenham um papel importante. (UP, 2013)

Sob esta perspectiva, o estudante torna-se o centro do processo de aprendizagem, ou seja, um sujeito ativo baseando-se na experimentação e investigação. As empresas

procuram não só especialização técnica mas também competências essenciais do desenvolvimento pessoal. Muitas das oportunidades na área de economia/gestão encontram-se no setor dos serviços, sendo a componente humana e as competências interpessoais factores cruciais na decisão das empresas.

De acordo com a legislação portuguesa, os cursos de licenciatura, não fornecem as competências totais para o exercício da profissão, apenas promovem a mobilidade bem como o acesso ao mestrado. Do licenciado espera-se, além de absorção de conhecimentos e competências específicos da sua área, que ele tenha:

capacidade de recolher, seleccionar e interpretar a informação relevante, particularmente na sua área de formação, que os habilite a fundamentarem as soluções que preconizam e os juízos que emitem, incluindo na análise os aspetos sociais, científicos e éticos relevantes” (UP, 2013).

Do mestre, por seu turno, espera-se que seja capaz de resolver problemas em situações novas e contextos amplos e multidisciplinares, bem como capacidade para

lidar com questões complexas, desenvolver soluções ou emitir juízos em situações de informação limitada ou incompleta, incluindo reflexões sobre as implicações e responsabilidades éticas e sociais que resultem dessas soluções e desses juízos ou os condicionem. (UP, 2013)

Desse modo, promove-se a aquisição de competências para gestão da mudança, conforme orienta o *Livro Verde* (COM, 2001), incentivando-se o desenvolvimento de novas práticas e a participação da universidade nos grandes debates relacionados com a conceção e o processo de transformação da sociedade.

3 METODOLOGIA

Com vista a atender o objetivo, o ponto de partida foi a pesquisa bibliográfica, procurando-se estabelecer o marco teórico sobre o qual deveria se desenvolver a coleta e análise de informações a respeito do processo formativo desenvolvido pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP).

Essa fase resultou em três momentos: compreensão do que a empresa faz e dá a conhecer aos seus *stakeholders* em termos das suas ações de responsabilidade social; as competências requeridas dos profissionais que trabalham nessas empresas; e, por fim, de que maneira o processo de Bolonha interfere na educação para a sustentabilidade no Ensino Superior no Espaço Europeu (EEES).

A partir dessa compreensão inicial foi realizado o estudo empírico a partir de informações coletadas no sitio www.fep.up.pt.

Inicialmente foram analisadas as ementas das disciplinas do núcleo central dos cursos de licenciatura, de economia e de gestão, em seguida foram analisadas as disciplinas

opcionais e, por fim, as disciplinas do mestrado, utilizando-se a análise de conteúdo, procurando-se identificar palavras ou expressões encontradas na literatura.

Nesse procedimento constatou-se a influência dos Agrupamentos Científicos de Economia e de Gestão como espaços decisivos para a atualização das ementas, bem como do proceder metodológico nos diversos níveis de ensino, apesar da existência na FEP de outros agrupamentos e seções: Agrupamento Científico de Matemática e Sistemas de Informação e Seções Autônomas de Ciências Sociais e de Direito.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Faculdade de Economia (FEP) da Universidade do Porto (UP)

A UP é uma das universidades de excelência de Portugal e já pertence ao universo muito restrito das 250/300 melhores Universidades do mundo (3% das cerca de 20.000 universidades de todo o mundo) e das 100/150 melhores da Europa.

A Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), uma referência no ensino e pesquisa português e internacional no campo das ciências económicas e empresariais, conta no seu quadro com 90% de docentes doutorados, de reconhecido elevado nível académico, grande experiência prática e capacidade pedagógica. A FEP é membro da European Foundation for Management Development (EFMD), uma rede de Escolas de Economia e Gestão que desenvolve um papel central no acesso e partilha de informação, nomeadamente no que respeita a práticas educativas. A FEP encontra-se na última fase de avaliação, tendo em vista a obtenção da acreditação internacional EQUIS (European Quality Improvement System), o sistema de avaliação e melhoria contínua líder na Europa nas áreas da Economia e Gestão, sendo simultaneamente o mais exigente. Esta acreditação é das mais conceituadas a nível internacional, tendo em consideração critérios como a qualificação dos docentes, a oferta formativa, os estudantes admitidos etc.

Apela-se a que sejam desenvolvidas competências de empregabilidade dos estudantes, facilitadoras da integração dos jovens no mundo do trabalho. A excelência no ensino e pesquisa na Faculdade de Economia do Porto tem propiciado aos seus egressos elevados níveis de empregabilidade nas melhores empresas e instituições do país e do estrangeiro, em vários sectores de actividade, desde a banca à indústria, retalho e distribuição, até empresas de auditoria e consultoria. (FEP, 2013) A Faculdade refere na página oficial que os níveis de colocação dos seus alunos no mercado de trabalho rondam os 100 por cento. 89% dos estudantes de mestrado da FEP são colocados no mercado de trabalho num período de 3 meses.

De acordo com a FEP (2013), “diariamente mais de 3 empresas procuram candidatos na Bolsa de Emprego da FEP e 2300 empresas estão em contacto permanente com a Faculdade para fins de recrutamento.” Na Faculdade de Economia do Porto (FEP), dentro do Serviço de Relações Externas e Integração Académica (SEREIA), existe a Unidade Empresas & Instituições que visa estabelecer parcerias diversas com Empresas e Instituições

e apoiar na seleção de profissionais das áreas de economia e gestão, facilitando a mediação entre as entidades empregadoras e os diplomados da FEP.UP.

4.2 Cursos da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP)

A Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP) oferece os cursos de licenciatura em Economia, em Gestão e em Ciências da Comunicação, Jornalismo, Assessoria, Multimédia, este último em conjunto com as Faculdades de Letras (FLUP), de Belas Artes (FBAUP), e de Engenharia (FEUP).

O curso de Licenciatura em Economia, existente desde 1953, ano da criação da Faculdade, se desenvolve em 180 créditos distribuídos ao longo de 3 anos, tendo como núcleo central 50 disciplinas. Destas, cinco apresentam nas ementas referenciais pelo menos a uma das dimensões de sustentabilidade. Na disciplina Introdução às Ciências Sociais propõe-se introduzir os modos como as ciências sociais pensam a realidade. Em História Económica e Social a partir da complexidade da matriz institucional sobre a qual assenta o ambiente económico e social procura-se ajudar o aluno a compreender a causa de alguns dos problemas económicos contemporâneos. Em Comércio Internacional, a partir da compreensão dos fenómenos de globalização, procura-se avaliar os respetivos efeitos de mercado e de bem-estar social e medidas protecionistas.

Na disciplina de Economia Social discutem-se os conceitos e modelos fundamentais de economia e política social, inclusive questões de desigualdade, pobreza e exclusão, inovação, empreendedorismo social e voluntariado, cidadania empresarial, ética e responsabilidade social, inclusão social e sustentabilidade, outras formas de produção, comércio, consumo e financiamento, como o microcrédito, como alternativas económicas sustentáveis e solidárias. Em Economia do Ambiente estuda-se o comportamento diário dos agentes económicos, com especial relevo para as empresas e consumidores, sua influencia no estado do ambiente e as mudanças em termos da qualidade ambiental e a crescente escassez dos recursos naturais com consequências negativas e por vezes irreversíveis na esfera económica. Nesse sentido, são expostas as grandes temáticas da atualidade, desde os instrumentos e metodologias mais adequados a garantir uma sustentabilidade nos três pilares indissociáveis (económico, social e ambiental) até à pertinência e vantagem comparativa da economia em proceder à avaliação monetária dos bens ambientais. Os enquadramentos teóricos são acompanhados da análise de experiências concretas de sucessos ou fracassos, dando-se relevo à experiência dos países nórdicos e ao esforço de empresas para garantir posições favoráveis em *rankings* internacionais, como os *Dow Jones Sustainability Indexes*. No cerne das preocupações de estudo estará também a forma como lidar com um mercado de CO₂ em expansão na Europa, introduzido em cada vez mais setores de atividade económica.

A Licenciatura em Gestão foi criada em 1987 e tem atualmente cerca de 600 alunos inscritos. O curso está adaptado ao modelo de Bolonha, tendo uma duração normal de três anos letivos (6 semestres letivos, com um total de 180 créditos ECTS). Para além de uma sólida formação nas várias áreas das ciências empresariais e da economia, beneficia do contributo de outras disciplinas das ciências sociais, do direito, da matemática e da informática. Neste curso duas disciplinas contemplam nas suas ementas conteúdos de interesse para a empresa sustentável: Comércio Internacional que tem como foco a compreensão dos fenómenos da globalização, inclusive seus efeitos sobre o bem estar social, e Ética e Responsabilidade Social que procura refletir de forma crítica a sua evolução no ambiente empresarial.

A qualidade da formação científica nas duas licenciaturas é complementada com a possibilidade de participação em programas de intercâmbio internacional de estudantes, bem como em múltiplas atividades culturais e associativas na comunidade académica.

Em nível de pós-graduação a FEP oferece 18 Cursos de mestrado, três em conjunto com outras unidades académicas da Universidade do Porto, e 5 de doutorado, nomeadamente em Economia e em Gestão, mais 3 em conjunto com outras unidades académicas.

Destes cursos percebe-se grande ênfase para as questões da sustentabilidade empresarial no Mestrado em Economia e Gestão de Recursos Humanos, a partir das disciplinas:

- Gestão de Recursos Humanos I, que insere a discussão sobre bem-estar dos empregados, discute problemas de gestão em que a componente humana se mostre relevante e os desafios da eficiência económica, da sustentabilidade social, e do bem-estar individual para a gestão das pessoas, bem como a relação trabalho-vida;
- Economia do Trabalho I, que promove uma breve caracterização do mercado de trabalho em Portugal e na União Europeia, contemplando oferta e procura de trabalho e consequentes ajustamentos do volume de emprego, recrutamento, seleção, formação profissional e negociação coletiva;
- Economia do Trabalho II que dá sequência a Economia do Trabalho I, dando a conhecer os fundamentos económicos da gestão de recursos humanos e aplicando a abordagem da Economia à resolução de problemas de gestão de pessoas.
- Saúde e Segurança no Trabalho, que numa abordagem multidisciplinar visa sensibilizar para problemas concretos e de responsabilidade social, promovendo competências de gestão e de análise de políticas na área de SST. Aborda questões conceptuais, históricas, ético-sociais, jurídicas e económicas da saúde e segurança no trabalho, qualidade do trabalho e trabalho digno no quadro da OIT e da Estratégia Europeia, gestão da prevenção e dos riscos profissionais em setores especiais, proteção de grupos específicos de trabalhadores, práticas dos empregadores, ética e responsabilidade social empresarial, políticas de melhoria da saúde e segurança no trabalho, formação e informação na prevenção.
- Ética e Responsabilidade Social na Gestão que procura identificar e interpretar dilemas éticos nas práticas de gestão e no conceito de gestão de recursos humanos, identificar práticas de gestão de recursos humanos promotoras ou inibidoras de comportamentos não éticos, comparar diferentes abordagens de responsabilidade social, motivações e implicações.

O Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente, por seu turno, proporciona conhecimentos sólidos em áreas, direta e indiretamente, ligadas ao Ambiente e à Energia, tendo entre os seus objetivos: a) Capacitar para o exercício de funções de gestão e de consultoria quer a nível das empresas, quer de instituições públicas e privadas; b) Desenvolver capacidades técnicas e de gestão para integrar a vertente ambiental e da energia no conjunto de vetores de desenvolvimento empresarial e social.

Nesse sentido, oferece como áreas de especialização: mercados de energia; mercados de licenças de emissão; e auditoria ambiental, a partir das disciplinas:

- Economia e Política da Energia, que tem como objetivo dotar o aluno de capacidade analítica e de conhecimentos em matéria de Economia da Energia e de Política e Regulação da Energia, com especial ênfase na Política e Regulação Comunitária.
- Economia do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que tem como objetivo discutir conceitos e metodologias de trabalho, tidos como mais relevantes na Economia do Ambiente, com especial ênfase nos pilares do Desenvolvimento Sustentável e respectivos indicadores.
- Gestão e Auditoria Ambiental, com base na norma ISO19011 no que se refere à formação para auditor interno de sistemas de gestão ambiental, discute as várias funções das organizações apresentando os referenciais de Sistemas de Gestão e o seu enquadramento no conceito de Desenvolvimento Sustentável no que concerne a Qualidade (NP EN ISO 9 001), Ambiente (NP EN ISO 14 001), Segurança e Saúde no Trabalho (NP 4397/OHSAS18001) e Responsabilidade Social (SA 8000 e NP 4469-1:2007).
- Marketing Verde que oferece ampla compreensão das ferramentas conceituais básicas de Marketing e da sua especificidade em atividades ligadas ao ambiente e à sustentabilidade, com o propósito de desenvolver capacidades de análise e de decisão sobre as principais variáveis de Marketing ambiental num processo integrado de gestão organizacional.
- Responsabilidade Social e Relato de Sustentabilidade que trata de conceitos, evolução das práticas empresariais e sua comunicação por meio da contabilidade financeira ambiental e relatórios de sustentabilidade.
- Direito Ambiental que, a partir da introdução aos conceitos estruturantes de Direito do Ambiente e identificação do quadro legislativo comum a todo este ramo de Direito, visa fornecer um conjunto preciso de conceitos e uma visão global de conhecimentos básicos que permitam situar soluções e utilizar um discurso correto do ponto de vista técnico-jurídico.
- Economia da Regulação que proporciona um conjunto de instrumentos económicos que permitem compreender os problemas regulatórios em geral e, em particular, os respeitantes ao ambiente, bem como avaliar as políticas de regulação.

4.3 O papel da FEP e das Universidades enquanto atores globais e eticamente responsáveis e os seus contributos para a sustentabilidade.

O ensino técnico das matérias ligadas ao ambiente, bem como a consciencialização para estes valores, tem tido menos espaço nas Universidades portuguesas, ao nível de estudos de economia e de gestão de 1º ciclo, desde a consolidação de Bolonha, pela inerente redução de duração dos ciclos de estudo e conseqüente diminuição do número de disciplinas (www.a3es.pt). Aparecem cursos de 2º ciclo, como o mestrado em economia e gestão do ambiente da FEP, mas que não substituem a necessária formação de base obtida no 1º ciclo, que deve consciencializar os futuros cidadãos e decisores no domínio do ambiente e da sustentabilidade.

A partir de estudos investigativos realizados com alunos da disciplina de 1º ciclo, Economia do Ambiente, do Curso de Economia da Universidade do Porto, identificamos a percepção positiva dos estudantes no que se refere a aspectos relativos ao estudo da temática ambiental na atualidade: 94% dos alunos considera a relevância da problemática ambiental e a necessidade de sua abordagem por parte das instituições de formação, incluindo as Universidades (BATISTA; RAMOS, 2011).

Em Portugal, a educação ambiental apresenta maior vitalidade nas séries iniciais da formação, mostrando os estudos que são os mais jovens e os mais escolarizados quem mais sabe sobre ambiente e deseja tomar parte nas decisões que o afetam (SCHMIDT; NAVE; O'RIORDAN; GUERRA, 2011).

Num estudo visando contribuir para a análise das políticas públicas de educação ambiental, especialmente no que se refere ao ensino superior em Portugal e no Brasil, Batista e Ramos (2011, p. 11) concluem que as organizações educativas respondem aos desafios do mundo econômico, “optando por currículos que respondam de forma imediata aos interesses e necessidades do mercado de trabalho, em detrimento de uma formação holística na qual a educação ambiental assumiria centralidade”. Temos enfatizado a necessidade da interação de temas relativos ao meio ambiente nos currículos escolares e académicos, atendendo não só à exigência do mercado de trabalho, mas principalmente como função inerente a uma formação que se relaciona diretamente com o exercício da cidadania (RAMOS, 2008, 2009, 2012).

Tem sido crescente a investigação científica nesta área que cruza com o fenómeno econômico e social diversos âmbitos multidisciplinares desde a educação, engenharia do ambiente, agronomia, ecologia, biologia, geografia, entre outros. Mas nem sempre as Universidades parecem acompanhar as tendências e preocupações de um mundo que carece de políticas globais neste domínio, em soluções multidisciplinares tão díspares como no campo fiscal, comportamental e social. “Esta realidade evidencia a necessidade de que os estabelecimentos de ensino superior deveriam elaborar uma política sistemática de formação permanente no domínio do ambiente” (BATISTA; RAMOS, 2011, p. 11).

A Conferência mundial sobre o ensino superior 2009 sobre as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social, promovida pela

UNESCO (2009), propõe como um dos eixos, a responsabilidade social da educação superior, com o objetivo de fortalecer as funções da universidade para o século XXI.

A Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP) aderiu ao PRME – *Principles for Responsible Management Education* (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2008). Os conteúdos curriculares incorporam cada vez mais os conceitos e as questões de sustentabilidade e de responsabilidade social, assim como se assiste ao envolvimento progressivo da comunidade académica em iniciativas diversas. Multiplicam-se igualmente os estudos de impacto ambiental, integrando progressivamente a componente social do impacto.

Existe um esforço institucional para o desenvolvimento de um processo de sensibilização das questões ambientais nos espaços académicos, formais e não formais, o que é visível na FEP. Nesta Escola, muitas são as iniciativas de grupos que tentam apelar a uma maior consciência ambiental, como é o caso da AIESEC (Associação de Estudantes em Ciências Económicas e Comerciais) e de projetos como o *Think Green* dando formação aos estagiários de diferentes culturas e países e da iniciativa *Make it Possible*, um programa que tenta sensibilizar a sociedade e os cidadãos para os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU, salientando o objetivo de “garantir a sustentabilidade ambiental”, ao obrigar os jovens a refletir sobre esta questão e a arranjar soluções para esta problemática global.

As Universidades devem dar um sentido prático e profissionalizante para a formação dos estudantes, abertas ao contexto social, económico, profissional e internacional e nunca fechadas em si mesmas. Na discussão atual sobre os planos curriculares há algum consenso em relação à importância da complementaridade dos conhecimentos teóricos e da aprendizagem prática.

Entre as prioridades estratégicas da Universidade destaca-se o esforço na internacionalização, traduzida nos acordos bilaterais com escolas internacionais, no número de estudantes estrangeiros, na fixação de docentes estrangeiros e no alargamento dos programas de mestrado e oferta da educação. A FEP tem 62 acordos bilaterais com escolas internacionais de renome, em 24 países, espalhados pela Europa, Ásia e América, nomeadamente no Brasil (Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Rio de Janeiro). Estes acordos permitem que os estudantes, de qualquer ciclo de ensino, realizem um período de mobilidade internacional durante o curso, e o acolhimento de estudantes internacionais das escolas parceiras da FEP.

A FEP tem atualmente mais de 200 estudantes estrangeiros de 50 países e está a fazer uma aposta clara na oferta regular de cursos e disciplinas lecionadas em inglês nas Licenciaturas, Mestrados e Doutoramentos. O número de cursos lecionadas em inglês nos últimos anos mais do que triplicou, tendo a Escola, neste momento, um total de 115

unidades curriculares oferecidas em inglês, nos 3 ciclos de ensino. Adicionalmente tem 2 Mestrados e 2 Doutoramentos totalmente lecionados em inglês: *Master in Finance*, *Master in Management*, *PhD in Economics* e *PhD in Business and Management Studies*.

A internacionalização das universidades é um processo que integra uma dimensão global e intercultural nos objetivos, nas funções e na Gestão (SOBRAL; RAMOS, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta as preocupações emergentes com a qualificação profissional no ambiente de sustentabilidade, este trabalho buscou identificar, as competências requeridas dos profissionais da área empresarial face aos desafios de promover a sustentabilidade nos pilares econômico, ambiental e social, bem como a presença destes conceitos no currículo dos cursos de licenciatura e pós-graduação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP).

Concluímos que a formação destes profissionais deve contemplar inicialmente a conscientização do papel social da empresa envolvendo princípios éticos e morais e de economia social e ambiental como lastro para compreensão e aplicação da legislação e das técnicas pertinentes. Nas suas profissões, economistas e gestores não podem ignorar as questões éticas, havendo necessidade de desenvolver para além de um código de conduta, o campo de investigação da ética económica (DEMARTINO, 2013)

Na FEP, seguindo a orientação do Processo de Bolonha, os cursos de licenciatura, contemplam conteúdos de interesse para a empresa responsável através de disciplinas como História Económica e Social, Economia Social e Economia do Ambiente, do Curso de Economia, e das disciplinas Comércio Internacional e Ética e Responsabilidade Social do Curso de Gestão. No nível de pós-graduação a ênfase para a temática é dada pelos cursos de Mestrado em Economia e Gestão de Recursos Humanos e em Economia e Gestão do Ambiente.

A agenda da discussão do papel sociocultural e político da Universidade vem ocupando espaço na sociedade e na própria universidade como instituição social e a emergência de novos contextos e paradigmas traz consigo novos desafios para defenir o que é educação de qualidade, nomeadamente no quadro europeu, onde se procura promover o intercâmbio de informações e de experiências.

Às Universidades, enquanto organizações educativas e sociais, está conectada uma atuação ética e uma responsabilidade social na prossecução dos seus objetivos e desafios: aprofundar a integração da responsabilidade social na educação e investigação; promover a divulgação de informação das empresas em matéria social e ambiental; sublinhar a importância de políticas nacionais e regionais de RSE etc. “A participação dos especialistas das diferentes ciências humanas e sociais e o diálogo entre diferentes saberes e práticas são essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável, havendo ainda muito a fazer, nomeadamente nos domínios da consciencialização ambiental, da educação e da formação” (RAMOS, 2012, p. 37).

É necessário promover uma consciência ambiental, centrada na cidadania e na reformulação dos valores éticos, individuais e coletivos, numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável. Se queremos uma educação voltada para a sustentabilidade, o que é recomendado em documentos oficiais, nacionais e internacionais (WALS, 2009), o ensino e a investigação deverão ser melhorados de forma a introduzir mais e melhor informação acerca da sustentabilidade, da cidadania e da responsabilidade social.

O presente e o futuro não deixarão de sublinhar a importância da sustentabilidade na educação, na economia e na gestão, nas dinâmicas sociais, na vida pública e nos debates políticos. A obrigação maior da Universidade é pensar e antecipar o futuro.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, A. O. e RAMOS, M. C. Desafios de Evidenciação dos Gastos de Ações Sustentáveis: Caso Vale do Rio Doce, Brasil. XIII Congresso Internacional de Custos. Anais. Porto. 2013.
- BATISTA, M. S. S. e RAMOS, M. C. P. Desafios da educação ambiental no ensino superior – das políticas às práticas no Brasil e em Portugal. In Políticas Públicas e Gestão da Educação. Cadernos ANPAE, vol. 11, p. 1-13, disponível em www.anpae.org.br/simposio2011, 2011.
- BORNIA, A. C., TRIERWEILLER, A. C. E SPENASSATO, D. Custos Ambientais: Levantamento Exploratório da Produção Científica na Área. XIII Congresso Internacional de Custos. Anais. Porto, 2013.
- BÜRGENMEIER, B. Economia do desenvolvimento sustentável. (André, A, Trad.) Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (COM). *Livro verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas, 2001.
- COMISSÃO EUROPEIA (COM). *Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas, 2010.
- COMISSÃO EUROPEIA (COM). *Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014*. Bruxelas, 2011.
- DAVID, F., ABREU, R. The Bologna Process: Implementation and Developments in Portugal. *Social Responsibility Journal*, Vol. III, Issue 2, p. 59-67, 2007.
- DEMARTINO, G. Epistemic aspects of economic practice and the need for professional economic ethics. *Review of Social Economy*, 71(2), p. 166-186, 2013.
- EUROPA. Sínteses da legislação na UE. Processo de Bolonha: estabelecimento do Espaço Europeu do Ensino Superior. Disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/lifelong_learning/c11088_pt.htm, acesso em 20/03/2013. 2013.
- FADLALAH, B. S. N., MARTINEZ, A. L. e NOSSA, V. Planejamento Tributário e as Práticas de Responsabilidade Social Corporativa. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 4, n.3, p. 7-23, set./dez, 2012.

- FERRÃO, J. A emergência de estratégias transnacionais de ordenamento do território na União Europeia: reimaginar o espaço europeu para criar novas formas de governança territorial? *Revista Eure*, Vol. XXX, N°89, p. 43-61, Santiago de Chile, Mayo, 2004.
- FERREIRA, C. Os gases de efeito de estufa e a problemática da responsabilidade social e ambiental das empresas portuguesas: O caso das cimenteiras. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2010, recuperado em 09/02/2013 de <http://hdl.handle.net/10400.21/83> . 2010.
- GAO, J. e BANSAL, P. Instrumental and Integrative Logics in Business Sustainability. *Journal of Business Ethics*, 112, p. 241-255. 2013.
- GISBERT, A. e LUNARDI, V. A evolução da RSC no Brasil entre as Empresas Listada na Bovespa. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*. Brasília, v. 6, n.1, p 90-11. Jan/mar. Disponível em www.repec.org.br. Acesso em 15/04/2013, 2012.
- GOMES, S. F. e EUGÉNIO, T. C. P. Os Relatórios de Sustentabilidade e a Auditoria em Portugal – Percepção dos Revisores Oficiais de Contas. XIII Congresso Internacional de Custos. Anais, Porto. 2013.
- JENKINS, H. Small Business Champions for Corporate Social Responsibility. *Journal of Business Ethics*, Nº 67, p. 241–256, 2006.
- JIN, K. G., DROZDENKO, R. e DELOUGHY, S. The Role of Corporate Value Clusters in Ethics, Social Responsibility, and Performance: A Study of Financial Professionals and Implications for the Financial Meltdown. *Journal of Business Ethics*, 112, p. 15-24, 2013.
- JORGE, F., SEABRA, F. M. e VÁZQUEZ, D. G. A. Percepção e Motivação dos Alunos de Ciências Empresariais e de Ciências Económicas sobre as Temáticas de Ética Empresarial e Responsabilidade Social das Organizações: Um Caso Luso-Espanhol. *Responsabilidade Social das Organizações, Cadernos Sociedade e Trabalho*, nº 11, p. 29-55, 2009.
- LASLO, C. A empresa sustentável. (Pacheco, R. A. Trad.) Lisboa: Instituto Piaget, 2007.
- LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: Reigota, Marcos. *Verde cotidiano o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LYON, T. e MAXWELL, J. Corporate Social Responsibility and the Environment: A Theoretical Perspective. *Review of Environmental Economics and Policy*, v. 1, edição 0, p. 1–22, 2008.
- METCALF, L. e BENN, S. Leadership for Sustainability: An Evolution of Leadership Ability. *Journal of Business Ethics*, 112, p. 369-384, 2013.
- PEREIRA, S. S.; CURTI, R. C. Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Conceituações Teóricas sobre o Despertar da Consciência Ambiental. *REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – Vol. 2, no 4, p.35-57, Set-Dez, 2012.*
- PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. (Magne, B. C., Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- RAMOS, M. C. P. Training, employment and new competences for a sustainable development. *Review of International Comparative Management, ASE*, v. 2, n.9, p. 15-32, 2008.
- RAMOS, M. C. P. Questions d’environnement et contemporanéité. *Contemporânea*, v.7, n.1, jun, p. 1-24. Recuperado em 10/01/2014 de <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/search/results>, 2009.

- RAMOS, M. C. P. Ambiente, Educação e Interculturalidade. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, Universidade Federal de Sergipe (UFS), nº 8, p. 27-39, 2012.
- RODRIGUES, J. e DUARTE, M. Responsabilidade social e ambiental das empresas. Lisboa: Escolar Editora, 2012.
- SCHMIDT, L., NAVE, J. G., O'RIORDAN, T. e GUERRA, J. Trends and dilemmas facing environmental education in Portugal: from environmental problem assessment to citizenship involvement. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 13:2, p. 159-177, 2011.
- SCHÖN, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. (Costa, R. C., Trad). Porto Alegre: Artes Médica Sul, 2000.
- SEABRA, F. M., ROLO, A. e VIEIRA, A. Barómetro de Responsabilidade Social das Organizações e Qualidade. Anais. V Congresso Nacional de Ética de la Economía y de las Organizaciones El Buen Gobierno de las Organizaciones IESE Business School Barcelona, 8 y 9 de junio, 2007.
- SETHI, S. P. Introduction to AMR's special topic forum on shifting paradigms: Societal expectations and corporate performance. *Academy of Management Review*, Vol. 20, Nº 1, p. 18-21, 1995.
- SOBRAL, M. N. e RAMOS, N. Processo de Bolonha e internacionalização do ensino superior. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, nº 8, UFS, p. 107-115, 2012.
- SOUZA, M. J. e BAPTISTA, C. S. Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios: Segundo Bolonha. Lisboa: Lidel, 2011.
- UNESCO. *Conferência mundial sobre o ensino superior 2009: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social*. Paris, 05-08 de julho. 2009.
- UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. *Principles for responsible management education PRME – A global initiative, a global agenda*. United Nations Global Compact Office, 2008.
- UNIVERSIDADE DO PORTO (UP). *Relatório da Internacionalização da Universidade do Porto 2011/2012*, Porto: UP, 2012.
- UNIVERSIDADE DO PORTO (UP). *Estudar na U. Porto*. Acesso em 20/03/2013 de http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=122250, 2013.
- WALS, A. *United Nations Decade of Education for Sustainable Development (DESD, 2005-2014) Review of Contexts and Structures for Education for Sustainable Development 2009. Learning for a sustainable world*. Paris: UNESCO, 2009.